

Entre o que se fala e o que se ensina: uma abordagem pedagógico-didático no ensino formal angolano

João Domingos Pedro*

ORCID iD <https://orcid.org/0000-0001-7151-7398>

Celestino Domingos Katala**

ORCID iD <https://orcid.org/0000-0001-7956-0139>

Alexandre António Timbane***

ORCID iD <http://orcid.org/0000-0002-2061-9391>

Resumo: O presente artigo pretende debater as várias questões de natureza pedagógico-didática, que no ensino da língua Portuguesa no contexto angolano trazem consigo lacunas e situações adversas alheias ao entendimento do docente que preconceitua linguisticamente os seus alunos por não se adequarem ao que ele ensina (nomenclatura gramatical). Outrossim abordamos as várias teorias sobre o ensino da língua numa realidade plurilíngue como a nossa, em que desde muito cedo, boa parte dos alunos tem de lidar com realidades linguísticas diferentes num mesmo espaço interacional, casa-rua-escola, e como isso dificulta o seu modo de expressar-se, muitas vezes por ser estigmatizado pelos colegas e pelo próprio professor que tendo conhecido e aprendido apenas uma situação comunicativa, pretende fazer o mesmo com os seus estudantes, obedecendo às planificações nacionais sem levar em conta a realidade com aluno. Da pesquisa se conclui que o trabalho do professor de língua portuguesa deve estar alicerçado em teorias linguísticas que valorizem a variabilidade linguística aproveitando-se dos conhecimentos que o aluno traz de casa. Ensinar a língua portuguesa é mostrar os diversos usos das línguas e variedades em diferentes contextos.

Palavras-chave: Fala; Ensino; Pedagógico; Didático; Angola

Between what is said and what is taught: a pedagogical-didactic approach in angolan formal education

Abstract: This article aims to discuss the various issues of a pedagogical-didactic nature, which in the teaching of the Portuguese language in the Angolan context bring with them gaps and adverse situations beyond the understanding of the teacher who linguistically prejudices his students for not

* É Mestre em Linguística do Português, Docente da Universidade Njinga A Mbande-Angola, no Instituto Politécnico, onde ministra as cadeiras de Língua Portuguesa, Metodologia de Ensino do Português L2, Técnica de Comunicação Oral e Escrita, Sintaxe e Semântica do Português. É pesquisador nas áreas de Didática e Metodologia do Ensino do Português e do Inglês, Comunicação e Linguagem. É Docente convidado pelo Instituto Superior Politécnico Cardeal Dom Alexandre do Nascimento atuando nas Cadeiras de Linguística do Português, Sintaxe e Semântica do Português e Literatura Brasileira. Publicou vários artigos publicados em revistas internacionais nas áreas descritas. E-mail: kalendaneto23abril@gmail.com

** é licenciado em Língua e Literatura em Língua Portuguesa, pela Faculdade de Letras da Universidade Agostinho Neto-Angola, é escritor e professor de Língua Portuguesa e de Literatura Angolana no Instituto Politécnico; é vencedor do Prêmio Imprensa Nacional de Literatura Edição 2021; É membro do Movimento dos Novos Intelectuais de Angola, investigador em Ciências Humanas com realce para o ensino da língua Portuguesa vs línguas bantu em Angola. Possui vários artigos científicos publicados em revistas internacionais, E-mail: julianangolar@gmail.com

*** Doutor em Linguística e Língua Portuguesa, professor da Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Instituto de Humanidades e Letras, Membro do Grupo de Pesquisa África-Brasil: produção de conhecimento, sociedade civil, desenvolvimento e Cidadania Global. E-mail: alextimbane@gmail.com

adapting to what he teaches. (grammatical nomenclature). Furthermore, we approach the various theories about language teaching in a plurilingual reality like ours, in which, from a very early age, most students have to deal with different linguistic realities in the same interactional space, home-street-school, and how this makes it difficult to their way of expressing themselves, often due to being stigmatized by colleagues and by the teacher himself, who, having known and learned only one communicative situation, intends to do the same with his students, obeying national plans without taking into account the reality with the student. The research concludes that the work of the Portuguese language teacher must be based on linguistic theories that value linguistic variability, taking advantage of the knowledge that the student brings from home. Teaching the Portuguese language is showing the different uses of languages and varieties in different contexts.

Keywords: Speech; Teaching; Pedagogical; Didactic; Angola

Entre ce qui est dit et ce qui est enseigné: une approche pédagogique et didactique dans l'éducation formelle angolaise

Résumé: Cet article vise à discuter des différentes questions de nature pédagogique et didactique qui, dans l'enseignement de la langue portugaise dans le contexte angolais, entraînent des lacunes et des situations défavorables au-delà de la compréhension de l'enseignant qui porte préjudice linguistiquement à ses élèves pour ne pas s'adapter. à ce qu'il enseigne (nomenclature grammaticale). De plus, nous abordons les différentes théories sur l'enseignement des langues dans une réalité plurilingue comme la nôtre, dans laquelle, dès le plus jeune âge, la plupart des élèves doivent faire face à des réalités linguistiques différentes dans le même espace interactionnel, maison-rue-école, et comment cela rend difficile leur façon de s'exprimer, souvent du fait d'être stigmatisé par des collègues et par l'enseignant lui-même, qui, n'ayant connu et appris qu'une seule situation communicative, entend faire de même avec ses élèves, obéissant aux plans nationaux sans tenir compte la réalité avec l'élève. La recherche conclut que le travail du professeur de portugais doit être basé sur des théories linguistiques qui valorisent la variabilité linguistique, en tirant parti des connaissances que l'élève apporte de chez lui. Enseigner la langue portugaise, c'est montrer les différents usages des langues et des variétés dans différents contextes.

Mots-clés: Discours; Enseignement; Pédagogique; Didactique; Angola

Introdução

Partimos da perspectiva do linguista brasileiro Sírio Possenti quando afirma que “todos que falamos, sabemos falar” e é neste âmbito que nos propomos a discutir o ensino da língua portuguesa no contexto angolano, conhecendo de antemão as várias dificuldades que muitos alunos enfrentam na escola por ser obrigados a adequar a sua forma de falar a uma variedade distante daquela que é utilizada no cotidiano, porque é essa norma-padrão que é tida como a mais aceitável. Considerando o fato de que Angola é caracterizado linguisticamente por uma realidade diglósica, marcada pela existência da língua portuguesa, das línguas bantu e do khoi-san, é necessário que se mude a

planificação dos conteúdos a serem ensinados em sala de aula no que se refere ao ensino da Língua Portuguesa. Partimos da ideia de que não existe falares melhores, nem superiores a outras, não existe variedades linguísticas mais corretas que outras.

O que se sabe nos diversos estudos sociolinguísticos é que a LP é composta por diversas normas, ou melhor, diversas variedades. Não existe uma única forma de falar português e nunca houve e nunca haverá **Acordo da Fala**. Todas as formas são legítimas para as comunidades que as falam. Estudos de Coelho et al. (2015), Mollica e Braga (2004), Faraco (2008) mostram que a variação é normal em todas as línguas vivas, o que faz com que haja variabilidade da língua. A variação pode ocorrer dentro da língua e pode ocorrer fora da língua. Sendo assim, é necessário compreender os elementos condicionadores da variação e que no contexto de Angola temos para além das variáveis sociais e linguísticas, o contato e a influência das diversas línguas bantu e khoisan no português (Santana e Timbane, 2021). O texto de Mingas (2022)¹, de Sassuco (2021) e de Naege (2021) oferecem algumas dessas influências léxico-semânticas e fonológicas que interferem na construção e consolidação da variedade angolana do português.

Sendo o português, a língua de “unidade nacional”² em contexto angolano e consagrada pela Constituição da República de Angola (2010)³ em seu artigo 19º como língua Oficial da República de Angola e é logicamente a língua da educação. Na Constituição não está explícito qual variedade a usar, se é variedade europeia, brasileira ou outra. Estamos cientes ao fato de que em Angola não se fala português como em outros espaços lusófonos. Sendo assim, o que deveria se ensinar seria a variedade local, tal como Portugal e Brasil o fazem com maior responsabilidade. Não é por acaso que Fernando e Timbane (2022), Sasuco (2021) clamam por uma normatização da variedade como caminho para o reconhecimento e ensino da variedade angolana do português. Não se pode “tapar o Sol com a peneira”, pois em Angola não se fala português Europeu, mesmo que haja esforços ilusórios em nível fonético-fonológicos.

¹ Publicação póstuma de textos inéditos da autora na Revista Njinga & Sepé, vol. 2, nº1 (2022)

² Estamos cientes ao fato de que nem todos angolanos falam português. Logo não pode haver uma unidade linguística num contexto em que há uma diversidade linguística e que não há homogeneidade. Se não existe homogeneidade entre línguas do mesmo grupo ou família, como se espera que haja homogeneidade entre línguas de origem diferentes? A “unidade” a que nos referimos é apenas da oficialidade que é marcada pela Constituição da República de 2010.

³ Artigo 19.º (Línguas) “1. A língua oficial da República de Angola é o português. 2. O Estado valoriza e promove o estudo, o ensino e a utilização das demais línguas de Angola, bem como das principais línguas de comunicação internacional.”

A “unidade nacional” tem a ver com o sentimento patriótico e não verdadeiramente da quantidade de falantes, pois em Angolana nem todo mundo fala português, especialmente nas zonas rurais e isoladas. Não obstante, o português não é língua representativa de toda a população de Angola porque existe mais de vinte línguas, a maioria de origem bantu, que são faladas como línguas maternas para a grande maioria da população. Não se sabe ainda, quantas línguas do grupo khoi e san existem. (SANTANA; TIMBANE, 2021).

Neste sentido, boa parte da população angolana, sobretudo as que vivem nas zonas rurais têm como língua materna uma bantu ou khoisan e que seus falantes ao entrar em contacto com a língua portuguesa ocorre interferências, já que trazem consigo um conjunto de conhecimentos linguísticos que deveriam ser tidas em conta pelo docente de língua portuguesa para que houvesse maior sucesso na aquisição das regras, pois que todas línguas têm regras e muitas delas são equivalentes.

O nosso objetivo passa por trazer algumas ideias aos docentes, uma vez que independente do programa dado pelo Ministério da Educação são eles que têm a obrigação e o papel de moldar o aluno no âmbito linguístico e não só, são eles que conhecem os tipos de alunos e que pensam em metodologias para ultrapassar qualquer impasse de natureza didática. Para o efeito, o estudo será guiados pelos debates de Possenti (1996), Bagno (2009), Luft (1998), Coelho, Silva e Conforte (2018); Gaspar (2015), Oliveira (2015), Labov (2018), Mingas (2000), Timbane, Sasuco e Undolo (2021), entre outros. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica que se funda em teorias e que procura contribuir para análises teóricas para a melhoria do ensino da língua portuguesa em Angola.

1.O confronto entre a língua falada e a língua exigida na sala de aula (escola)

Em toda lusofonia, a língua da escola (formal) é diferente da língua do uso cotidiano (informal). O ser humano é resultado do seu meio físico e/ou psicológico, o que diz e como diz traduzem a sua essência enquanto agente social e a sua historicidade linguística determinam a sua natureza, logo ao falarmos como falamos na nossa língua, determinamos que sabemos falar a nossa língua, pois parafraseando Fernando Pessoa,

Oswaldo Manuel Silvestre⁴ argumenta que “a minha pátria é a minha língua portuguesa, desde que a língua seja minha”.

No contexto de ensino-aprendizagem é imperioso que o docente reconheça que o ensino de língua passa necessariamente pelas relações entre a língua e a cultura. As unidades lexicais *kota* (velho), *jindungo* (pimenta/piripiri), *mboa* (moça) são próprias da variedade angolana do português. Seria interessante a existência de dicionário da variedade local que acolha estas unidades lexicais que têm uma frequência alta de uso. Esse dicionário não frustraria os consulentes. A aprendizagem significativa do aluno no ponto de vista linguístico dependerá necessariamente da combinação do conjunto de fatores que o aluno já traz consigo, a sua historicidade linguística. Como podemos ver nas palavras de Duarte (2008, p.3): “embora o foco do ensino-aprendizagem volte-se para a diversidade de textos que circulam socialmente, há uma ruptura entre o que se ensina e a vida cotidiana, o que, em certa medida, desautoriza o aluno enquanto sujeito-autor de seus saberes e o desestabiliza”.

A língua ensinada na sala de aula, não é uma língua alheia ao que se aprende e se fala na rua e em casa, é a mesma língua, mesmo código, é preciso perceber isso para depois ligar as possíveis diferenças. Passa-se a falsa ideia de que o que se ensina na sala de aula é uma outra língua muito diferente da língua falada em casa e na rua, por este fato na visão de Duarte (2004, p.4) argumenta que “o que se aprende sobre a língua na escola não permite vivenciar a linguagem além da instituição escolar. Agindo dessa forma, a escola reduz os sentidos pessoais da leitura e da escrita, definindo esses sentidos “escolarmente” distantes das vivências cotidianas dos alunos. Isso faz com que o que se ensina e se aprende na escola se torne insuficiente para responder às demandas que faz o contexto social.”

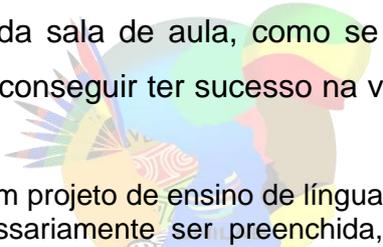
No parágrafo anterior levanto-se a ideia de língua trazendo a ideia de que tanto em casa quanto na escola fala-se a língua portuguesa. Mas as normas são diferentes. Faraco (2008) deixa clara a ideia de que apesar de existir diversas normas, uma só é a mais privilegiada. A nossa sociedade, por meio da política linguística privilegia a gramática normativa, aquela que é equiparada a uma “moça maquiada” de acordo com o linguista Carlos Alberto Faraco. A norma culta, a norma-padrão, a gramática normativa estão muito em “maquiadas” e não refletem a língua em contexto. Não é por acaso que Labov (2008)

⁴ Professor da Universidade de Coimbra, Departamento de Línguas, Literaturas e culturas.

afirmou que é inútil pesquisar a língua fora do seu contexto real. É que quando se estuda a língua em contexto real é possível identificar a “engenharia” cognitiva da língua.

O profissional da educação, especificamente o de Língua Portuguesa, precisa nortear-se por dois paradigmas: uma **dimensão crítico-reflexiva**, promovendo um constante pensar e repensar de seu fazer pedagógico; **uma dimensão de planejamento**, visto como etapa primordial que antecede a entrada do professor em sala de aula e não como elemento engessador ou burocrático. É tarefa da escola ensinar a gramática normativa (POSSENTI,1996), mas não é tarefa da escola nem do professor ignorar a variedade que o aluno traz do seu ambiente cotidiano, da sua comunidade.

O professor desde cedo deve perceber que o aluno passando mais tempo fora da escola tem mais facilidades de absorver o hábito linguístico do seu meio em relação aos ensinados na própria sala de aula, por essa razão é que ao se ensinar qualquer assunto, deve-se saber intercalar essas duas realidades, trazer a realidade de fora para a escola e trabalhá-la dentro da sala de aula, e não inculcar ao aluno um conjunto de regras gramaticais para levá-los fora da sala de aula, como se as tais regras constituíssem a condição *sine qua non* para se conseguir ter sucesso na vida profissional. De acordo com Sírio Possenti (1996, p.17-18),



Para que um projeto de ensino de língua seja bem sucedido, uma condição deve necessariamente ser preenchida, e com urgência: que haja uma concepção clara do que seja uma língua e do que seja uma criança (na verdade, um ser humano, de maneira geral). Poderemos pensar o que quisermos das crianças, mas provavelmente não estaremos autorizados a dizer que elas, mesmo as menos dotadas do ponto de vista das condições materiais, são incapazes de aprender línguas. Todos podemos ver diariamente que as crianças são bem sucedidas no aprendizado das regras necessárias para falar.

O processo de ensino-aprendizagem é bastante complexo e desafiador. Mesmo após 12 anos de aprendizagem da língua portuguesa (ensino médio) ou mesmo após anos de graduação ou pós-graduação poucos “iluminados” conseguem dominar a gramática normativa da primeira a última página. A gramática normativa não é para ser usada no cotidiano, ela é usada em momentos especiais da atuação profissional. Numa escala de percentagem baseada num relatório do Núcleo de Estudos linguísticos e literários da Faculdade de Humanidades da Universidade Agostinho Neto aponta-se que 76,3% dos graduados comete desvios excessivos no momento da enunciação em relação a norma-padrão. Agora se pergunta: o que estes profissionais aprenderam durante a sua formação? Porque não atingiram a proficiência linguística ou categoria igual ao diploma?

Essa situação (1) demonstra que a gramática normativa é artificial; (2) demonstra que a gramática normativa não reflete a realidade do uso efetivo da língua; (3) demonstra a fragilidade do nosso ensino no que toca ao paradigma linguístico; (4) demonstra que os egressos memorizaram as regras para realizar provas e trabalhos, quer dizer, aprenderam as regras com déficit demais.

Por estes e outros indicadores torna-se necessário mudar-se o atual modelo do ensino da língua portuguesa em Angola. Primeiro, é preciso valorizar a variedade que o aluno traz de casa, mostrando que existe variedades linguísticas; segundo, mostrar ao aluno que existe uma variedade de prestígio (gramática normativa), aquela que permitirá obter oportunidades econômicas. Terceiro, mostrar que o preconceito linguístico, defendido por Bagno (2009) não deve ter lugar na sociedade angolana, pois todas as variedades são legítimas e devem ser respeitadas, pois elas se relacionam a identidade; quarto, é preciso adaptar o ensino a nossa realidade linguística, e não tentar robotizar o aluno dentro de um ciclo que gira e volta sempre ao ponto inicial.

É preocupante reparar que boa parte dos professores que lecionam há cinco ou mais anos, se limitam a ditar, repetem de forma linear tudo o que está no livro do aluno e não há preocupação na adaptação dos conteúdos ao currículo local. Os conteúdos do currículo local incluem a valorização da variedade do português falado naquela província, naquela comuna, naquele bairro. Há uma acomodação nas metodologias de ensino em que em muitos momentos se baseia na memorização das regras da norma-padrão.

O professor sente-se auto-suficiente quanto a nomenclatura gramatical e vai usando todos os anos, sem se importar se aquilo realmente muda alguma coisa na vida (linguística) do estudante. Em muitos, o estudante que não memoriza tal nomenclatura gramatical no momento da prova é automaticamente reprovado! É fácil notar essa atitude sobretudo quando vemos egressos com enormes dificuldades construir frases fora dos modelos previstos e memorizados pelas gramáticas. Saber falar português implica conhecer regras que podem ser produzidas e reformuladas em outros contextos. Saber falar português é saber os usos em diferentes contextos de comunicação.

Os programas de ensino podem incluir um capítulo sobre “variação linguística” para que as discussões em sala de aula sejam mais profícuas, porque é necessário discutir sobre a língua que falamos, a língua que usamos. Isso passa necessariamente pela pesquisa científica que poderá descrever com mais profundidade as particularidades da variedades. Alguns estudos como os de Timbane, Sassuco e Undolo (2021), Banza (s.d.),

Santos (2011), Ferreira e Osório (2018), Mingas (2000; 2020), Ndombele e Timbane (2020), Nauege (2021), Calossa (2021) entre outros procuram buscar essa descrição. Esses e outros trabalhos buscam contribuir para a normatização futura da variedade angolana do português. Evidências linguísticas já estão presentes na fala e nos usos cotidianos dos angolanos. O que falta é a sistematização e a criação de gramáticas e dicionários que legitimam a variedade perante a sociedade.

Segundo Lima (1993, p.23) "...a construção do conhecimento formal depende não exclusivamente da vontade e da ação individual do sujeito aprendiz, mas também do educador. Desse modo, "lado a lado com o conteúdo, é necessário constituir no educando a metodologia de aprender e desenvolver nele a autonomia para se utilizar das fontes de conhecimento". Desta forma, compete ao professor constituir no educando uma relação de curiosidade e indagação com o saber, bem como proporcionar desafios, exigências e estímulos que levem a novas aprendizagens. Isso significa que a aula de língua portuguesa deve ser espaço de discussão sobre a língua. Deve ser espaço para reflexão sobre o funcionamento da língua e suas particularidades, sem elevar nem desprezar uma determinada variedade. Para nós, o fracasso do ensino da língua portuguesa em Angola é o fracasso dos conteúdos e das metodologias programadas pelo Ministério da Educação.

O fracasso do ensino da língua portuguesa em Angola é o fracasso da formação de professores e da recusa do novo, do atual. Novas pesquisas, especialmente no Brasil já mostraram que é possível se pensar numa "pedagogia culturalmente sensível" (BORTONI-RICARDO, 2004), aquela que valoriza as particularidades do aluno nas suas diversas realidades, da sua comunidade. Oliveira (2015, p.26) argumenta que "Sempre é bom recordar alguns princípios norteadores de nossas estratégias de atuação. Um deles é o de que o processo de ensino/aprendizagem não ocorre apenas nos ambientes escolares." As aprendizagens da língua devem ter aplicabilidade na vida prática do aluno. O aluno não vai passar a vida toda em sala de aula. Tudo o que aprende em sala de aula deveria estar ligada à sociedade a que ela pertence. Sendo assim, a aprendizagem

pode acontecer em ambientes informais quanto ambientes formais de ensino. Os ambientes informais de ensino estão por toda parte. Qualquer lugar, qualquer contexto em que ocorra construção de conhecimento é visto como um ambiente informal de ensino. Assim, uma visita ao sítio de um parente, no qual se aprenda como cultivar determinada planta; um passeio na praia, observando os aspectos geográficos; um encontro entre amigos, trocando ideias e se divertindo, a realização de alguma atividade doméstica pela primeira vez, são todos momentos em que a aprendizagem se efetua. Já os ambientes formais de ensino são aqueles

institucionalizados para este fim, são, portanto, os ambientes escolares. Será nas escolas, espaços legitimados de educação formal, que as relações de ensino e aprendizagem se sistematizarão, requerendo abordagens de cunho filosófico e científico numa relação com o precedente. (OLIVEIRA, 2015, p.26).

As palavras de Oliveira (2015) chamam atenção para que o ensino da língua portuguesa não se restrinja apenas em sala de aula. Os espaços reais do uso são fundamentais para aprendizagem. Há que diversificar os estilos de aprendizagem porque os alunos não aprendem todos da mesma maneira. Cada aluno aprende da sua maneira e tem suas habilidades e é necessário que o professor seja capaz de identificar esses estilos de aprendizagem. Os documentos autênticos são fundamentais em sala de aula, isto é, é necessário trazer suportes pedagógicos extraídos da realidade do aluno. Sendo assim, essa será uma das entradas do português angolano. Trazer imagens, vídeos, áudios de fala real, spot publicitários como a que se pode ver a seguir:

Imagem 1: Cartaz publicitário



Fonte: Executive Center (2010)

Nesta publicidade, por exemplo tem elementos verbais e não-verbais que podem suscitar atividades de língua portuguesa (debates, discussões sobre a temática, atividades de compreensão e expressão oral, atividades de expressão e compreensão escrita, gêneros textuais, etc.). Muitos professores ainda pensam que “mandar ler um texto” faz parte da aula de língua portuguesa. Ler e escrever são atividades da modalidade escrita da língua e não visa o domínio da língua. Ler é decodificar, escrever é codificar. Estas atividades visam a modalidade escrita da língua. Não precisa ir buscar

uma publicidade de Portugal para ensinar, porque não é em Portugal onde se fala melhor português. Não precisa utilizar apenas frases de Luiz de Camões como exemplos de uso de português, porque frases de Aqualusa ou de Pepetela também são competentes em português. Saussure já nos alertado, lá em 1912 que a língua “**é um produto social** da faculdade de linguagem e **um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social** para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos” (SAUSSURE, 2006, p.17). Aqui fica claro que o português foi e é construído “socialmente”, por isso ninguém deve estranhar a sua variabilidade. Se o português recebe “convenções necessárias” logo, é justo que se adapte aos contextos locais, o que resulta no surgimento do “português de/em Angola” (TIMBANE, SASSUCO e UNDOLO, 2021).

2. A “norma-padrão” e outras normas

Iniciamos esta parte defendendo a ideia de que todos os usos linguísticos de uma comunidade de fala têm “norma” e cada uma dessas normas têm “padrão”. Não existe uma variedade sem norma, porque se assim acontecesse não haveria intercompreensão entre os falantes. Não existe uma língua natural sem gramática. Não existe uma variedade nem dialeto sem “padrão”. A gramática normativa (mesmo sendo artificial) tem um “padrão” tal como os outros usos que não têm privilégio/prestígio social.

Os debates sobre quem fala português bem e melhor não são de hoje, embora haja muitos debates em torno disto, o fato é que para sociolinguistas há consenso sobre o mesmo: não há falares/ sotaques melhores que outros. Bagno (2009) fala de vários preconceitos sociais que circundam na sociedade, mas a verdade é que todo o falante é competente na sua variedade, na sua língua. Tem pessoas que acham que falar bem português é articular “corretamente” as palavras independentemente dos erros ou “desvios”, para outros falar bem pressupõe seguir taxativamente as regras gramaticais, mesmo que não se articule bem as palavras e há ainda outros que dizem que falar bem a língua é ter a capacidade de convencer os interlocutores. Essa última perspectiva é tida muito em conta pelos povos bantu, sobretudo nos *jangos* e nas *makas*, fala bem aquele que consegue resolver o problema e não precisa conhecer as regras gramaticais. Afinal, como é, e o que é falar bem português?

A historicidade linguística do aluno o define, tanto é que ele é o que fala, e o que fala define como ele se veste e o que ele come. Isso significa que a variedade carrega elementos da identidade. Um falante do dialeto caipira (no Brasil, por exemplo) é

identificado pelo sotaque, mas também pelas formas como se veste, a forma como se alimenta e isso é muito visível nas **festas juninas**⁵. Obrigar para que um aluno que nasceu, cresceu em Lucapa (Lunda Norte) ou em Chiume (Moxico) fale como Portugal é uma violação do direito linguístico. Ensinar uma língua deve levar em conta pressupostos como: a origem e a realidade linguística do aluno, a renda familiar e o meio em que o aluno está inserido. Para Possenti (1996, p.13-14), argumenta que

O objetivo da escola é ensinar o português padrão, ou, talvez mais exatamente, o de criar condições para que ele seja aprendido. Qualquer outra hipótese é um equívoco político e pedagógico. A tese de que não se deve ensinar ou exigir o domínio do dialeto padrão dos alunos que conhecem e usam dialetos não padrões baseia-se em parte no preconceito segundo o qual seria difícil aprender o padrão. Isto é falso, tanto do ponto de vista da capacidade dos falantes quanto do grau de complexidade de um dialeto padrão. As razões pelas quais não se aprende, ou se aprende mas não se usa um dialeto padrão, são de outra ordem, e têm a ver em grande parte com os valores sociais dominantes e um pouco com estratégias escolares discutíveis.

Neste sentido o fato das escolas exigirem o aprendizado de norma-padrão não é errado, o que é mau é ensinar como uma “camisa de força”, desconexa da realidade do aluno e sem respeito às diferenças sociolinguísticas. Possenti acrescenta que é uma violência, ou uma injustiça, impor a um grupo social os valores de outro grupo. O ensino da língua portuguesa valeria tanto para guiar as relações entre brancos e índios quanto para guiar as relações entre — para simplificar um pouco — pobres e ricos, privilegiados e “descamisados”. Dado que a chamada língua padrão é de fato o dialeto dos grupos sociais mais favorecidos, tornar seu ensino obrigatório para os grupos sociais menos favorecidos, como se fosse o único dialeto válido, seria uma violência cultural. (POSSENTI, 1996).

Toda a norma de uma comunidade de fala é válida na sala de aula, o professor deve ter a capacidade de intercalar as diferentes formas de manifestações linguísticas do aluno, assim evita-se o preconceito que é também um dos grandes fatores desmotivadores na aprendizagem da própria língua ou variedade. Com isso pretendemos mostrar que “cada falante ou cada grupo de falantes só pode aprender e falar um dialeto (ou uma língua). Dito de outra maneira: a defesa dos valores “populares” suporia que o povo só fala formas populares, e que elas são totalmente distintas das formas utilizadas

⁵ têm uma relação direta com o catolicismo popular, que foi herdado pelo Brasil da tradição portuguesa. Cada dia de comemoração das festas juninas está relacionado com um santo católico. surgiu no período pré-gregoriano na Europa, como uma festa pagã que comemorava a fertilidade da terra e as boas colheitas.

pelos grupos dominantes. O que vale para formas linguísticas valeria para outras formas de manifestação cultural.” (POSSENTI, 1996, p. 13, grifo do autor).

O ensino da norma-padrão passa necessariamente pela nomenclatura gramatical, chega a constituir o principal fator de insucesso do aluno não só na disciplina de língua portuguesa, mas também nas outras disciplinas curriculares. O aluno é obrigado a aprender e a memorizar, por exemplo, todas as conjunções, como condição para ser aprovado na disciplina, conseqüentemente isso ocupa o estudante de tal maneira que chega a perder o interesse pela língua. Não é por acaso que alguns alunos afirmam que o português é uma língua difícil. É importante realçar que esta modalidade tradicional de ensino está ultrapassada.

Desta forma, Oliveira (2015, p.26) nos lembra que “durante muito tempo (de Platão ao início do século XX), o ensino formal era resumido pelas palavras transmissão/recepção. O professor era aquele que tinha o domínio dos conteúdos e os transmitia aos alunos, que eram vistos como receptores passivos. Nesse processo, os conteúdos e a forma como estes eram apresentados não podiam ser questionados, bem como o aluno deveria assimilar o que era passado em sala de aula, apenas reproduzindo o que havia “aprendido”. Os currículos traziam disciplinas que seguiam uma sequência de conteúdos compartimentados, isolados entre si e das demais disciplinas, sem que sequer fosse mencionada a possibilidade de interdisciplinaridade, porém esta realidade não se compadece com o mundo atual, hoje o aluno participa ativamente na sua formação.

Durante muito tempo, o ensino de Língua Portuguesa priorizou o ensino da Gramática Normativa, enfatizando a estrutura, sem uma conexão com a realidade de uso do aluno-falante, infelizmente de lá para cá houve pouca mudança se não mesmo nenhuma neste panorama da nossa realidade de ensino. Parece que todos os que fazem os programas nacionais ficarão ultrapassados com o tempo, pois que muitos deles são resultado do sistema de ensino que priorizava a gramática normativa simplesmente. Segundo Oliveira, a mudança de paradigmas no ensino da língua e literatura exige uma reformulação na concepção de professor de língua. De mero transmissor de conteúdos, passa-se a ter “[...] a necessidade de um profissional de caráter amplo, com pleno domínio e compreensão da realidade de seu tempo, com desenvolvimento da consciência crítica que lhe permita interferir e transformar as condições da escola, da educação e da sociedade”. (FREITAS, 2002, p. 139, apud OLIVEIRA, 2015, p.28).

De acordo com Oliveira (2015, p.26) “o ensino de Língua Portuguesa não deve obrigar decorar as regras gramaticais, mas sim espaço de reflexão sobre os usos da língua.” O aluno é um sujeito múltiplo em um, por essa razão tudo o que ele traz significa muito. Por isso não deve ser subestimado ou ignorado, ninguém ensina ninguém a falar, as pessoas aprendem a se comunicar se comunicando. O professor de língua portuguesa tem a missão de explicar aos alunos que a norma padrão é essencial tanto quanto as outras, e que o seu uso é importante atendendo o contexto, por isso torna-se necessário ter o conhecimento de todas as normas linguísticas.

3. Como é e como deveria ser o ensino da língua portuguesa em Angola?

O ensino da língua portuguesa em Angola seguiu o modelo tradicional de Portugal, uma vez que foi com os portugueses que se deu o advento das escolas no nosso país, durante muito tempo, falar bem era uma atividade de quem estudou e decorou a gramática normativa, infelizmente essa tendência alargou-se mais do que deveria e é notória ainda hoje professores que durante um ano lectivo só ensinam gramática normativa.

Coelho et al. (2018, p.59) analisa que “dentre os fatores que têm contribuído para o fracasso da escola na formação de leitores, destacamos que a instituição escolar tem insistido na realização de atividades nas quais se valorizam alguns aspectos pontuais relacionados à memorização por parte do aluno da nomenclatura gramatical. Apesar de encontrarmos a forte presença do texto nas aulas destinadas ao ensino de língua materna, os mesmos são frequentemente usados apenas como “repositório” de frases, servindo na verdade como pretexto para análise de conceitos gramaticais.”

Numa pesquisa realizada com estudantes do 1º Ciclo do ensino secundário, no Colégio Dona Arminda situada em Lunda, Município de Viana-Capalanca mantivemos um diálogo com 60 estudantes de forma individualizada, onde questionou-se sobre os conteúdos da disciplina de língua portuguesa. A grande maioria dos entrevistados domina a nomenclatura gramatical de forma teórica, porém desconhece a sua utilização prática, a par do diálogo. Fizemos um teste prático e os estudantes definiam sem problema o que eram substantivos, verbos, adjetivos e até citavam alguns, mas não sabia fazer distinção entre substantivos, verbos e adjetivos.

Outra pergunta da entrevista pedia para que eles indicassem as classes nas seguintes palavras: Ex1: *Amor, Amar e Amado*/ Ex 2: *Embelezar, Beleza e Belo*. Nesta

pergunta, os entrevistados tiveram grandes dificuldades de responder essas questões. Uma pesquisa de Perini demonstrou que havia um ensino equivocados, uma vez que se dedicava “a classificação ou catalogação mecânica de elementos da língua, nos parece interessante salientar que: “O aluno de terceiro ano primário já está estudando as classes de palavras e a análise sintática – e não sabe. Ao chegar ao terceiro colegial, continua estudando a análise sintática e as classes de palavras – e continua não sabendo” (PERINI, 2002, p. 48).

Outro estudo realizado pelo Núcleo de estudos linguísticos e literários, em 2018 com estudantes do IIº ano da Faculdade de Humanidades, ex-Letras, do curso de Língua e Literaturas em Línguas Portuguesa, concluiu que o conhecimento de produção de artigos, cartas, convites e outras formas de documentos, o resultado foi desastroso, poucos estudantes dominavam as técnicas e metodologias para formular esses documentos. Nessa pesquisa concluiu-se que esse problema resultou do ensino mecanizado em que os mesmos foram expostos principalmente a regras da gramática e suas nomenclaturas. Os professores ensinam apenas o que dominam, e o que dominam é a nomenclatura gramatical, exigindo que os seus estudantes tenham a mesma direção.

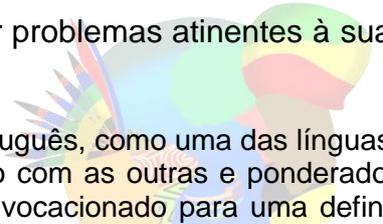
Desde 1975, ano da nossa independência, o modelo de ensino sempre foi esse, o da valorização da gramática normativa em detrimento da variedade. Esses problemas do ensino/aprendizagem da língua portuguesa sinalizam a urgência de se pensar um ensino que responda às necessidades e expectativas das crianças, jovens e adolescentes e que, em certa medida, atenda às suas necessidades pessoais, assim como às demandas do mundo contemporâneo. (DUARTE, 2008; HERNANDEZ, 1998).

Nessa perspectiva, o conhecimento que tratamos em sala de aula precisa relacionar-se com as experiências dos alunos e do mundo em que vivem, dando condições para que eles percebam que essa produção pode ser questionada e que é passível de ser transformada. De acordo com Duarte (2008, p.8) importa “desafiar os educandos a também produzirem conhecimentos, tornando a escola um espaço propício à pesquisa, à construção e reconstrução do conhecimento.” Por outro lado, Kramer (1998, p. 20) afirma que é imprescindível que “a escola, as crianças, os jovens e os adultos recuperem, aprendam, descubram a paixão pelo conhecimento, porque só o ser humano pode conhecer e, nesse processo - de construção de conhecimento - o papel do outro e da coletividade é fundamental”. Os estudos de Vieira (s.d.), Antunes (2003) e Arroyo

(2004) também apontam os desafios do ensino das línguas e as relações de interação entre o professor e os alunos.

É necessário que o ensino atual da língua portuguesa esteja direcionado ao/para o aluno, como o verdadeiro centro de emancipação e desenvolvimento da própria língua e não como um repositório de ideias pré-concebidas sobre regras e o modelo de falante ideal da língua. Todo falante é importante no sentido de que para que a língua se mantenha viva é necessário ter alguém que a utilize, e pensar na nossa própria língua portuguesa é pensar de forma original. É muito difícil pensar na língua do outro; que aprendamos a nossa língua portuguesa e cresçamos com ela.

Os novos professores devem ser proativos, ter visão moderna e se reinventarem, principalmente neste espaço em que a juventude se configura como professor da própria juventude. Que os programas nacionais, passem de nacionais para regionais e/ou distritais. Desta maneira poderemos ter um ensino da língua real e não ideal, que permite o desenvolvimento de habilidades comunicativas e que coloque o aluno numa posição de poder, de ser capaz de resolver problemas atinentes à sua língua ou variedade. Tal como nos diz Martinho (1995, p.16):



Hoje o Português, como uma das línguas angolanas, pode ser estudada na sua relação com as outras e ponderados todos os problemas inerentes a um ensino vocacionado para uma definição regional e diferenciada. Num estado a que são subjacentes nações diversas, só um ensino que atenda a toda a diferença que isso pressupõe (cultura linguística), pode apresentar resultados favoráveis no futuro.

4.O que se pretende inovar, com o ensino da língua mais natural e inclusivo?

O objetivo de um ensino real e não mais ideal baseado em propostas contextuais elaborados pelos professores e pela direção das escolas deve proporcionar ao aluno, as seguintes habilidades: defender pontos de vista, narrar, relatar expor, intervir, formular questões sem dificuldades, etc., tendo em vista os seguintes critérios: (i) Atendimento à natureza da informação ou do conteúdo veiculado; (ii) adequação ao nível de linguagem (formal, informal, dialetal, culto, etc.); (iii) coerência com o tipo de situação em que o gênero se situa (público, privado, corriqueiro, solene, etc.); (iv) observância à relação entre os participantes (tom de voz, grau maior ou menor de formalidade, mantém o diálogo, levando em conta a fala do outro.); (v) atendimento aos objetivos das atividades desenvolvidas.

No final de cada ano letivo o aluno deve sentir os efeitos da aprendizagem, e não permanecer no mesmo ciclo como antes, em que ele passa um ciclo inteiro a estudar nomenclatura gramatical e no final nem consegue distinguir num texto a natureza das palavras dentro da frase. O estudante deve produzir o seu próprio saber linguístico com a ajuda do professor que tem por missão definir esse conhecimento (SANTOS, 2011).

O trabalho do professor de língua portuguesa deve estar alicerçado em teorias linguísticas que valorizem os aspectos semânticos globais do texto, até porque é inquestionável que uma teoria inadequada resultará em práticas educacionais inadequadas e, por fim, produzirá pessoas inadequadamente educadas ou mal-educadas. O aluno que vai ao texto em busca de elementos gramaticais isolados e descontextualizados nunca enxergará nele essa noção de conjunto que encerra uma ideia central. E é claro que esse aluno, embora tenha um texto em mãos, não está lendo efetivamente.

O aluno torna-se hábil quando consegue dar soluções a questões de natureza linguística, quando é capaz de formular um raciocínio lógico, quando consegue concatenar as ideias, quando exprime os seus sentimentos de maneira clara. Tudo isso a escola contemporânea angolana consegue garantir desde que se assuma como autônoma e com capacidade de promover um ensino baseado em teorias reais. Gaspar (2015, p.36-37) argumenta que

é essencial que as políticas educativas em Angola, revejam seriamente o ensino da LP, reconhecendo os benefícios de implementar um efetivo ensino da língua numa perspectiva de L1 e L2. Existe também, por isso, uma necessidade premente de se investir na formação inicial e contínua dos professores, com grande incidência no desenvolvimento das competências comunicativas e linguísticas e na aquisição de competências ao nível do desenvolvimento e implementação de metodologias de ensino mais eficazes. Desta forma, independentemente do contexto com que seja confrontado, o professor de LP poderá ser capaz de fazer as opções mais adequadas à sua população estudantil.

O aluno não é uma tábua rasa e o professor é indispensável na facilitação do processo de aprendizagem devendo pensar em metodologias e nas estratégias de ensino. A atualização periódicas de professores (reciclagem) melhorará o desempenho e a proficiência metodológica e que aumentará o conhecimento sobre problemáticas candentes na planificação linguística (Lopes, 2002).

Tendo em conta o que foi abordado, entende-se que a **Língua Portuguesa de/em Angola**, deveria ser ensinada tendo em conta a realidade plurilinguística do aluno, ou

seja, a realidade sociocultural, que afiguram ao aluno características únicas e peculiares na sua forma de se expressar. É necessário despir-se do ensino falso da LP que privilegia um conjunto de matérias superficiais, baseados num modelo de ensino completamente ultrapassado. Tal como dizia Martin Luther King Jr. “o homem é fruto do seu tempo” e acreditamos que devemos adaptar o nosso ensino da língua portuguesa à nossa realidade, não mais seguindo modelos europeus ou brasileiros que pouco ou nada contribuem para o sucesso do aluno angolano.

Seria interessante que o ensino da língua portuguesa parta de diálogo, de pesquisa, de produção de materiais didáticos e da crítica onde se pode formar sujeitos autônomos, críticos, criativos, capazes de compreender criticamente o mundo imediato e de torná-lo diferente, se necessário. Desta forma, pensar o ensino de Língua Portuguesa não se restringe, portanto, em apresentar uma lista de conteúdos gramaticais a serem transmitidos e memorizados. Antes implica reconhecer o carácter social, histórico, cultural, dinâmico e temporal do conhecimento e da sua produção. É justamente aí, onde vive a Sociolinguística!



Referências

ANGOLA. **Constituição da República de Angola**. Luanda, 2010

ANTUNES, Irlandé. **Aula de português: encontro & interação**. São Paulo: Parábola, 2003.

ARROYO, Miguel G. **Imagens quebradas: trajetórias e tempos de alunos e mestres**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico: o que é, como se faz**. 52.ed. São Paulo: Loyola, 2009.

BANZA, Ana Paula. O português em angola: uma questão de política linguística. **O Universal e o Particular: uma Vida a Comparar**, Edições Colibri, Lisboa, p. 29-38.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Educação em língua materna: a Sociolinguística na sala de aula**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

CALOSSA, Bernardino Valente. Português língua materna e não materna em Angola: implicações didáticas e políticas. In: TIMBANE, Alexandre António; SASSUCO, Daniel Peres; UNDOLO, Márcio. (Org.). **O Português de/em Angola: Peculiaridades linguísticas e a diversidade no ensino**. São Paulo: Opção, 2021, p.142-159.

- COELHO, Fábio André Cardoso; SILVA, Jefferson Evaristo do Nascimento; CONFORTE, André Nemi (Org.). **Descrição e ensino de língua portuguesa: temas contemporâneos**. Série Língua Portuguesa e Ensino. Vol.6. Rio de Janeiro: Dialogarts, 2018.
- COELHO, Izete Lehmkuhl et al. **Para conhecer a sociolinguística**. São Paulo: Contexto, 2015.
- DUARTE, Denise Aparecida Schirlo. **O ensino de Língua Portuguesa: perspectivas e contradições**. Instituto Federal do Paraná. 2008. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/137-4.pdf> . Acesso em: 11 mai. 2022.
- EXECUTIVE CENTER. **Publicidade angolana, a melhor da África**. 2010. Disponível em: <<https://grupoexecutive.wordpress.com/2010/03/19/publicidade-angolana-a-melhor-de-africa/>>. Acesso em: 6 de jun. 2022.
- FARACO, Carlos Alberto. **Norma culta brasileira: desatando alguns nós**. São Paulo: Parábola, 2008.
- FERNANDO, Mbiavanga; TIMBANE, Alexandre António. Emergência da normatização das variedades do português de Angola e de Moçambique: avanços e desafios. In: LAGA DA CÂMARA, Crisófia; TIMBANE, Alexandre António.(Org.). **Estudos linguísticos e literários sobre Moçambique**. Itapiranga/SC: Schreiber, 2022.p.149-174.
- FERREIRA, Kimavuidi., & OSÓRIO, Paulo. A variedade angolana do português: contexto histórico e (socio)linguístico. **fólio - Revista De Letras**, 10(1),2018.
- GASPAR, Sofia Isabel Neves Fernandes. **A língua portuguesa em Angola: contributos para uma metodologia de Língua Segunda**. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova do Porto, Porto, 2015.
- HERNANDEZ, Fernando. **Transgressão e mudanças na educação: os projetos de trabalho**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.
- KRAMER, Sônia. O que é básico na escola básica: Contribuições para o debate sobre o papel da escola na vida social e na cultura. In: KRAMER, Sônia; LEITE, Maria Isabel Ferraz Pereira (Org.). **Infância e produção cultural**. 4 ed. Campinas: Papyrus, 2005, p. 11-24.
- LABOV, William. **Padrões sociolinguísticos**. São Paulo: Parábola, 2008.
- LUFT, Celso Pedro. **Língua e Liberdade**. 2.ed. Porto Alegre: L & PM Editores, 1998.

- Martinho, Ana Maria M. **A língua portuguesa em África: educação, ensino, formação.** Évora, Pendor, 1995.
- MINGAS, Amélia Arlete. **Interferência do Kimbundo no Português falado em Lwanda.** Luanda: Caxinde, 2000.
- MINGAS, Amélia Arlete. “quo vadis” língua portuguesa? **Njinga & Sepé:** Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras. São Francisco do Conde (BA), vol.2, nº 1, p.557-565, jan./jun.2022.
- NAUEGE, João Muteteca. As formas de tratamento no português de Angola: Contributo semântico-pragmático. In: TIMBANE, Alexandre António; SASSUCO, Daniel Peres; UNDOLO, Márcio. (Org.). **O Português de/em Angola: Peculiaridades linguísticas e a diversidade no ensino.** São Paulo: Opção, 2021, p.123-141.
- MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luiza (Org.). **Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação.** São Paulo: Contexto, 2004.
- NDOMBELE, Eduardo David, & TIMBANE, Alexandre António. O ensino de língua portuguesa em angola: reflexões metodológicas em contexto multilíngue. **Fólio - Revista de Letras**, Vol.12, nº1, p.13-42, 2020.
- OLIVEIRA, Yara de. **Didática e metodologia de ensino de língua portuguesa e literatura.** Indaial: UNIASSELVI, 2015.
- PERINI, Mário. **A gramática descritiva do português.** São Paulo: Ática, 2002.
- POSSENTI, Sírio. **Por que (não) ensinar gramática na escola.** Campinas: ALB/Mercado de Letras, 1996.
- SANTANA, Yuran Fernandes D.; TIMBANE, Alexandre António. Evidências sociolinguísticas da variedade angolana do português e o combate ao preconceito linguístico. In: TIMBANE, Alexandre António; SASSUCO, Daniel Peres; UNDOLO, Márcio. (Org.). **O Português de/em Angola: Peculiaridades linguísticas e a diversidade no ensino.** São Paulo: Opção, 2021. p.54-80.
- SANTOS, Eduardo Ferreira dos. A categoria tópico no português de Angola. **Linha d'Água** (24), 116-126, 2011.
- SANTOS, Leonor. **Novos desafios no ensino do português.** Santarém: Escola Superior de Educação de Santarém, 2011.
- SASSUCO, Daniel Peres. Problemática de contacto das línguas bantu de angola e o português: um olhar sobre o contacto fonético-fonológico. In: TIMBANE, Alexandre António; SASSUCO, Daniel Peres; UNDOLO, Márcio. (Org.). **O Português de/em**

Angola: Peculiaridades linguísticas e a diversidade no ensino. São Paulo: Opção, 2021. p.13-42.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral.** São Paulo: Cultrix, 2006.

SILVESTRE, Osvaldo Manuel. “A minha pátria é a língua portuguesa (desde que a língua seja a minha” in: **O trabalho da Teoria.** Colóquio em homenagem a Vitor Aguiar e Silva.Ponta Delgada.Universidade dos Açores, 2008.

TIMBANE, Alexandre António; SASSUCO, Daniel Peres; UNDOLO, Márcio. (Org.). **O Português de/em Angola: Peculiaridades linguísticas e a diversidade no ensino.** São Paulo: Opção, 2021.

VIEIRA, Silvia. Amostras de fala do “**Estudo comparado dos padrões de concordância em variedades africanas, brasileiras e europeias**”, s.d. Disponível em:

<www.concordancia.letras.ufrj.br>. Acesso em: 12 mai. 2022.

Recebido em: 11/10/2021

Aceito em: 25/05/2022

Para citar este texto (ABNT): PEDRO, João Domingos; KATALA, Celestino Domingos; TIMBANE, Alexandre António. Entre o que se fala e o que se ensina: uma abordagem pedagógico-didático no ensino angolano. **Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras.** São Francisco do Conde (BA), vol.2, nº 1, p.537-556, jan./jun. 2022.

Para citar este texto (APA): Pedro, João Domingos; Katala, Celestino Domingos; Timbane, Alexandre António. Entre o que se fala e o que se ensina: uma abordagem pedagógico-didático no ensino angolano. (jan./jun.2022). Entre o que se fala e o que se ensina: uma abordagem pedagógico-didático no ensino angolano. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras.* São Francisco do Conde (BA), 2 (1): 537-556.